

A GUERRA DO CONTESTADO E AS CONSEQUENTES TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DA REGIÃO CONTESTADA

THE TERRITORIAL CONSEQUENCES AND WAR CONTESTED TRANSFORMATIONS OF THE CONTESTED REGION

Sonia Mar dos Santos Migliorini¹

Nilson Cesar Fraga²

Lucileyde Feitosa Sousa³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer um resgate histórico da Guerra do Contestado, ocorrida no período de 1912 a 1916, assim como analisar as transformações territoriais nessa área que foi palco desta Guerra na região de fronteira entre o estado do Paraná e de Santa Catarina mesmo após o fim da mesma. Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão; visita à Região Contestado e aos museus dessa região; visita a locais da região onde ocorreram os combates entre o Exército e caboclos, além de termos assistido a uma peça de teatro sobre a vida dos caboclos e o episódio da Guerra do Contestado. Nesta área foi possível observar, durante o trabalho de campo, que a entrada do capital transnacional, a Guerra e a recolonização da região por imigrantes de origem europeia provocou profundas transformações territoriais, sociais e culturais o que deu ao local uma nova aparência.

Palavras-chave: Região do Contestado; Guerra do Contestado; Transformações territoriais.

ABSTRACT

This article has as objective to make a historical rescue of the War of the Contested one, as well as analyzing the occurred territorial transformations in the area that was palco of this War, border region enters the state of the Paraná and Santa Catarina, after the end of the same one. As methodology bibliographical research on the subject in question was used; it visits to the Contested Region and its museums; it visits to the places of the region where it occurred combats between army and caboclos, as well as attended to a theater part on the life of the caboclos and the War

¹ Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR; Doutoranda em Geografia pela UFPR. E-mail: snmigliorini@gmail.com

² Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento; FAE-UFPR-UNICURITIBA. E-mail: nilsoncesarfraga@hotmail.com

³ Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: lucileyde@feitosa.org

of the Contested one. In this area it was possible to observe, during the field work, that the entrance of the transnational capital, the War and the recolonização of the region for immigrants of European origin provoked deep territorial transformations, social and cultural what it gave to the place a new appearance.

Key words: Region of the contested one; War of the Contested one; Territorial transformations.

INTRODUÇÃO

A Região do Contestado se tornou o palco da rebelião sertaneja ocorrida entre os anos de 1912 e 1916 que ficou conhecida como a Guerra do Contestado. Este episódio redefiniu os territórios do estado do Paraná e de Santa Catarina. A Guerra do Contestado foi uma das maiores guerras civis do continente americano e teve como principal marca o genocídio de centenas de famílias camponesas pobres. Foi alimentada por fatores de ordem social, política, econômica, cultural e religiosa, por sua vez, a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande evidencia os laços estreitos com a Guerra do Contestado.

A construção dessa ferrovia teve início em 1890 em Santa Maria/RS rumo à região central do País. Várias foram as empresas que atuaram na construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, até que, por volta de 1905, foi promovida a vinda do empreendedor norte-americano Percival Farquhar para o Brasil. Este fundou a Railway Company e adquiriu o controle acionário da Companhia Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande. A concessão feita à empresa previa como pagamento a cessão de terras às margens da rodovia.

Com o objetivo de explorar as terras laterais à ferrovia, concedidas à Companhia Brazil Railway, como forma de pagamento pela construção da estrada de ferro, a companhia norte americana criou a Southern Brasil Lumber and Colonization Company.

Para expulsar os posseiros que viviam nas terras que passou a pertencer à companhia norte-americana, a Lumber organizou uma força paramilitar mais ágil que a Justiça brasileira. Esse grupo de jagunços, formado por mais de 200 homens armados, vasculhava as terras da companhia, expulsava e até matava os caboclos que lá residiam. Mas isso ainda era só o começo de uma guerra que durou quatro anos e ocorreu no período de 1912 a 1916.

A Guerra envolveu a população sertaneja de um lado e forças militares nacionais e estaduais de outro. Com a construção da ferrovia e a “limpeza” da terra intensificou-se a vinda de colonos de origem européia, muitos para ocupar as margens da estrada de ferro. A empresa Lumber e as outras tantas madeireiras instaladas na Região, após explorarem os recursos naturais, vendiam as terras em pequenos lotes para os imigrantes descendentes de europeus. A chegada desses imigrantes, juntamente com os fatos ocorridos anteriormente (a entrada do capital transnacional e a “limpeza” da terra), proporcionou a formação de um novo território na Região Contestada.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo fazer esse resgate histórico da Guerra do Contestado, bem como analisar as transformações territoriais ocorridas na região de fronteira entre o estado do Paraná e de Santa Catarina, após o fim da mesma. A metodologia utilizada priorizou a pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão; visita à Região Contestado e aos seus museus; visita a locais da região onde ocorreram os combates entre o Exército e os caboclos; visita a uma propriedade de família pioneira da Região, visita as antigas instalações das madeireiras Lumber, além de termos assistido a uma peça de teatro sobre a vida dos caboclos e o episódio da Guerra do Contestado.

TERRITÓRIO E PODER

O conceito de território sempre esteve ligado à idéia de controle, apropriação, domínio ou de gestão de uma determinada área e por isso não deve ser confundido com o conceito de espaço ou de lugar.

Conforme Saquet (2007, p.27-29) a idéia de território já existia e era debatida no século XV, ligada a questões políticas inerentes à época. No entanto, a partir do século XVI intensificou-se a difusão de “doutrinas políticas que reforçavam a noção de soberania como um atributo dos Estados ou reinos”. No decorrer dos séculos XVII e XVIII, o território é “experimentado” para além de habitat do homem e abrigo de suas atividades econômicas. No século XVIII, devido ao fortalecimento do sistema de mercado unificado estabelecido sobre as bases do território nacional e cada vez mais integrado ao sistema internacional, ocorreu uma decisiva e definitiva

ligação entre soberania territorial e população nacional. No século XIV, conforme o referido autor, este processo se acentua e se torna central no século XX.

É o progresso tecnológico que determina a morte da função de abrigo e proteção da soberania territorial do Estado. (...) Agora, os territórios, com novos significados, estão justapostos através das fronteiras e relacionados, política e geograficamente, no nível internacional, na qual, há uma fluidez e uma complementaridade moderna. (SAQUET, p.29).

Segundo Andrade (1996, p. 213) a idéia de território deve-se ligar sempre à idéia de poder, quer seja público, estatal ou ao poder das grandes empresas que se estende por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Corroborando com Andrade, Saquet (2007, p.34) afirma que na efetivação de um território são indispensáveis as relações de poder. As relações sociais são um campo de poder que organiza os elementos e as configurações e são essas relações que solidifica o território e as territorialidades. “O território é a cena do poder e o lugar de todas as relações”. (Idem). A partir da apropriação e produção do espaço geográfico, o território é um lugar de relações, sempre ligado ao controle e à dominação social.

O poder é inerente às relações sociais, que substantivam o campo de poder. O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas..., enfim, em relações sociais se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas. (SAQUET, 2007, p.33).

Para Haesbaert o território “é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”. (2002, p.121).

A dominação do espaço por um grupo ou classe, segundo o referido autor, traz como consequência o fortalecimento das desigualdades sociais. Já a apropriação e construção de identidades territoriais resultam num fortalecimento das diferenças entre os grupos, podendo desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais produtivo e enriquecedor.

Na concepção de Santos e Silveira, o território é a extensão do espaço geográfico apropriado e usado. “Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence, este sentimento de exclusividade e

limite ultrapassa a raça humana e prescindem da existência do Estado”. (2008, p19). Para os referidos autores, o território é um nome político para o espaço de um país, ou seja, a existência de um país “supõe” um território.

É no território que as relações de poder são efetivadas historicamente, e de acordo com as características de cada sociedade “envolvendo relações (i) materiais, tanto geopolítica como econômica e culturalmente” (SAQUET, 2007, p.27).

Conforme o referido autor, o território sendo um compartimento do espaço, como fruto de sua diversificação e organização, tem duas funções principais, que são: servir de abrigo, como forma de segurança e servir de trampolim para oportunidades. “Segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território, bem como relações externas, de poder e dominação” (Idem). Desta forma, o território ganha distintos significados para diferentes sociedades ou grupos sociais dominantes.

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. (ANDRADE, 1996, p.214).

Desta forma, o Brasil, segundo Andrade (1996, p.214), que possui um grande espaço, demorou séculos para transformá-lo em território, através do exercício da gestão do mesmo. Só a partir de meados do século XX, quando Getúlio Vargas apregoou “a marcha para o Oeste” com o objetivo de expandir a área de ação e de domínio do governo, que este tentou transformar o espaço nacional em território. Em seguida, com a construção de Brasília, o Governo Vargas além de promover uma grande transferência de população, também abriu estradas ligando a nova capital brasileira, aos mais diversos pontos do território nacional, procurando desenvolver uma política de integração, política esta que foi continuada pelos militares ao promoverem a abertura de estradas nas áreas mais isoladas para implantar núcleos coloniais, mesmo de forma improvisada e sem respeito às populações que já habitavam a área há dezenas de anos.

Dialeticamente, porém, a expansão do território, ao mesmo tempo em que promovia a ampliação da territorialidade, provocava a desterritorialidade nos grupos que se sentiam prejudicados com a forma e a violência com que era feita. (ANDRADE, 1996, p.214).

Este é o caso da Região do Contestado, área fronteiriça entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, na qual o governo desconsiderou a presença dos habitantes originais da região e se empenhou em recolonizar a área, mas com capital transnacional e imigrantes de origem européia.

Andrade lembra ainda que processo parecido com a ação do setor público, citado acima, ocorre no setor privado, nos territórios produzidos pelas empresas em suas áreas de influência. Estas áreas se expandem ocupando novos espaços e, ao mesmo tempo, se desterritorializam e perdem influência territorial à proporção que se expandem. Para o referido autor, o território construído pela empresa se superpõe ao território construído pelo Estado, apresentando conflitos e complementação, logo, “O Estado está a serviço das empresas e, conseqüentemente, do jogo de interesse e da capacidade de captação das mesmas que disputam territórios e mercados”. (Idem, p.220).

Isso nos remete aos fatos ocorridos na Região Contestada entre Paraná e Santa Catarina, onde o desejo do Estado Nacional em colonizar oficialmente esta área foi um prato cheio para o empresário norte americano Percival Farquhar que objetivava ampliar seus negócios através da aquisição de novas áreas territoriais ricas em recursos naturais, especialmente a madeira.

Com o apoio do governo brasileiro para explorar a Região Contestada, concedida à Empresa como forma de pagamento pela construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, a Railway Company se sentiu no direito de usar ações violentas e desrespeitosas sobre o povo que habitava a Região, como expulsar e matar quem já ali residia há décadas e tiravam da terra o sustento seu e de sua família. Isto esclarece a preferência do Estado brasileiro, na época, pelos interesses das empresas ao invés dos anseios de sua população.

CONFLITOS TERRITORIAIS, CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO E A GUERRA DO CONTESTADO

Por Região do Contestado entende-se o local que durante muitos anos foi disputado pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, que chegou, inclusive, a ser disputados internacionalmente. A Região do Contestado abrange a área de

fronteira entre Paraná e Santa Catarina se estendendo ao Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense.

Os conflitos nessa Região de acordo com Fraga (2005, p. 01) iniciaram a partir de 1680, “quando os portugueses fundaram a colônia do Sacramento, na margem esquerda do rio da Prata”. A partir daí “começaram os conflitos mais sérios entre Portugal e Espanha sobre a posse de terras localizadas na Região Sul do Brasil”. Os portugueses recusavam “em abrir mão do território por eles ocupado fora da linha de Tordesilhas, especialmente no denominado continente de São Pedro e no interior dos atuais estados de Santa Catarina e do Paraná” (Idem, 2005, p.01). Portugal e Espanha nunca conseguiam estabelecer os limites nas terras contestadas. Após o Tratado de Tordesilhas, firmou-se o Tratado de Madrid (1750) e iniciou-se a demarcação das fronteiras por comissões especiais nomeadas pelos monarcas dos dois países.

Em 1895, chegou a ocorrer uma disputa diplomática sobre a Região Contestada entre Brasil e Argentina. A disputa intensificou-se a partir de 1853, quando o estado do Paraná se desmembrou de São Paulo, indo até 1916, quando ocorreu um acordo entre os dois estados. Na Região Contestada, entre os anos de 1912 e 1916, ocorreu a rebelião sertaneja que ficou conhecida como a Guerra do Contestado.

A Guerra do Contestado em si, conforme Fraga tornou-se fator condicionante da definição dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, e constituiu os territórios denominados como “região do Contestado catarinense e sul-paranaense”, onde se verificou uma das maiores guerras civis do continente americano. O genocídio de milhares de camponeses pobres foi sua principal marca.

Como assinala Fraga (2005), a Guerra do Contestado é um acontecimento complexo, “pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa” (idem, p.01).

A construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, ligando a região Sudeste do Brasil com o Sul, foi um fator que motivou fortemente a Guerra do Contestado ocorrida no início do século XX. Valentini (2003, p.40) afirma que como na Região existiam “questões de interesse geopolítico” interessava ao governo brasileiro promover a ocupação das terras devolutas e, com isso, garantir sua posse.

Todavia, para o referido autor, justificava a construção da ferrovia e a colonização da Região do Contestado.

A construção da ferrovia, segundo Valentini (2003, p.41) tem origem em 1887, quando o engenheiro João Teixeira Soares projetou uma estrada-de-ferro com 1.403 km de extensão. Foram várias as empresas que atuaram na construção dos diversos trechos da ferrovia até o seu término. Em 1905 foi promovida a vinda do empreendedor norte-americano Percival Farquhar para o Brasil que fundou Railway Company e adquiriu o controle acionário da Companhia Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande. A concessão feita à empresa previa como pagamento a cessão de terras às margens da rodovia.

O trecho entre União da Vitória/PR e Marcelino Ramos/RS segundo Fraga (2005, p.05) foi construído apenas em dois anos, “atravessando de norte a sul a região Contestada, percorrendo o Vale do Rio do Peixe, no meio-oeste catarinense”.

A companhia, conforme dados coletados no museu do Contestado, contratou o engenheiro Achilles Stenghel para a ousada empreitada, e este contratou mais 4.000 homens, assim tendo sido recrutado um total de 8.000 trabalhadores em todo o País e, inclusive, no exterior, que foram distribuídos ao longo do trecho a construir. Em 1912, o tráfego de trem na estrada São Paulo – Rio Grande foi liberado, ligando os quatro estados do Sul do País.

Com o término da obra os trabalhadores não foram levados de volta aos seus locais de origem, conforme prometido anteriormente. Segundo Valentini (2003, p.42) “ficaram deixados na Região e foram construindo seus ranchos nas proximidades dos trilhos ou se internando nas matas (...) constituindo o fermento para os acontecimentos posteriores”.

Com o objetivo de explorar as terras laterais à ferrovia, concedidas à Companhia Brazil Railway como forma de pagamento pela construção da estrada de ferro, e os 180 mil hectares adquiridos pela empresa ao Sul dos Rios Negros e Iguaçu, por preço quase que simbólicos, a companhia norte americana criou a Southern Brasil Lumber and Colonization Company.

A estrada obtivera do governo federal uma concessão de terras equivalentes a uma superfície de quinze quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não

só por isto, mas também pela subversão quilométrica, o traçado se desdobrava em exagerada sinuosidade. Desse modo, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais, a furta-se de pequenas obras de arte. (QUEIROZ, 1996, apud, FRAGA, 2005, p.05).

Embora na área concedida à empresa existissem áreas consideradas devolutas, Conforme Valentini (2003, p.43), em muitos lugares existiam moradores de longa data. Nestes casos, os posseiros que não possuíam títulos de posse da terra que ocupava eram desalojados. “Expulsos os brasileiros, abriam-se espaços para a empresa estrangeira explorar a madeira e colonizar as terras” (Idem). De acordo com Fraga (2005, p.05) a iniciativa da empresa de colocar para fora de seus domínios a população residente na Região Contestada que foi cedida a construtora, bem como a concessão feita à empresa norte-americana contrariava a chamada Lei de Terras de 1850. “Mas o governo do Paraná reconheceu os direitos da empresa, o que não foi de estranhar, pois Affonso Camargo, vice-presidente do Estado, era advogado da Brazil Railway” (Idem).

Com o objetivo de explorar as madeiras de lei que existiam em abundância na Região, após a construção da ferrovia, a Lumber montou duas madeireiras sendo a maior em Três Barras, a qual empregava cerca de 800 funcionários, e outra, de menor porte, em Calmon, ao lado da estrada de ferro.

Profundas mudanças estavam acontecendo na região, o capitalismo chegava, mostrando a sua face. Desenvolvimento, progresso, colonização etc., eram termos desconhecidos para o vocabulário simplificado do sertanejo que vivia naquelas terras. Os “espaços vazios” que o governo brasileiro pretendia ocupar não estavam tão vazios assim. Foi preciso torná-los vazios antes de implantar a nova ordem emergente. (VALENTINI, 2003, p.44).

Para expulsar os posseiros que viviam em terras que passou a pertencer à companhia norte-americana, a Lumber organizou uma força paramilitar, mais ágil que a Justiça brasileira. Esse grupo de jagunços formado por mais de 200 homens armados, vasculhava as terras da companhia, expulsava e até matava os caboclos que lá residiam. Mas isso ainda era só o começo de uma guerra que durou quatro anos, de 1912 a 1916. Neste período, conforme Fraga (2005, p.16) ocorreu na área contestada entre Paraná e Santa Catarina “os fatos mais sangrentos das suas histórias, quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra,

no episódio que ficou conhecido como a guerra do Contestado”. Varias foram as causas que levaram à Guerra na Região do Contestado, tais como:

O avanço do capitalismo na região, influenciada pela construção da ferrovia, pela ação danosa da madeireira Lumber, pela questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, pelo jogo de interesses entre fazendeiros, e políticos, pelo misticismo que havia entre os caboclos, pela estratificação social e sistemas de vida da época, pela posse de terras, pelo messianismo e pela índole guerreira dos sertanejos. Como evento complexo, este conflito eclodiu coincidentemente em tempo e espaço, na junção de motivações sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais. (MUSEU DO CONTESTADO, 2008).

A Guerra envolveu a população sertaneja de um lado e forças militares nacionais e estaduais de outro. Conforme Fraga (2005, p.16) mais de 30 mil pessoas que habitavam a Região - desde fazendeiros, na tentativa de defender sua propriedade e posseiros tentando manter-se em terras devolutas até oportunista que viram “no movimento ocasião para exercerem pressões políticas acerca dos limites disputados entre Santa Catarina e o Paraná” -, se reuniram ao mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico na Região Contestada.

Os camponeses de Santa Catarina e do Paraná formavam o bravo “Exército Encantado de São João Maria”, unindo sob a cruz verde da bandeira branca da libertação quase 10 mil pessoas armadas – homens, velhos, crianças e mulheres – no qual se divisavam criadores, peões e lavradores, apegados às terras em que viviam; centenas de ex-trabalhadores da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, abandonados à própria sorte após a construção; comerciantes de vilas e de estradas; agregados e capatazes; pessoas carentes de alfabetização, assistência e promoção social; antigos combatentes farroupilhas e maragatos; ex-combatentes dos batalhões de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional; e ainda criminosos, ex-presidiários e foragidos da justiça. Todos juntos atacavam e se defendiam. Tiveram a ousadia respondida à bala. Lutaram pela sobrevivência até que, cercados, sucumbiram aos mais fortes – o genocídio. (THOMÉ, 2005, p. 17).

O “Exército Encantado de São João Maria” foi combatido por forças armadas dos estados de Santa Catarina e Paraná e grande parte do Exército brasileiro que compensavam o menor número de militares em relação aos sertanejos com um melhor aparelhamento bélico.

Os combates, conforme assinala Fraga (2005, p.24), foram reduzindo gradativamente, até terminarem em dezembro de 1915, quando se registra a fase mais sangrenta da Guerra. Contudo, o ano de 1917 é tido historicamente como o

ano da “limpeza” das terras que estavam sob domínio da Lumber e dos coronéis. A “limpeza se fez por milicianos, contratados por coronéis, e pelo corpo de segurança da Lumber que expulsava, assassinava os caboclos e destruía o direito de propriedade dos posseiros.

O ponto final sobre o acordo da divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina, conforme o referido autor veio com a assinatura do “Acordo de Limites”, em 20 de outubro de 1916, no Palácio do Catete pelos governadores Felipe Schmidt (SC) e Affonso Camargo (PR), além do presidente da República Wenceslau Braz.

A RETENÇÃO DO PODER E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NA REGIÃO CONTESTADA

Com a construção da ferrovia e a “limpeza” da terra, conforme Valentini (2003, p.29), intensificou-se a vinda de colonos de origem européia, muitos para ocupar as margens da estrada de ferro. “Vários núcleos coloniais foram criados. Alemães, italianos e poloneses, oriundos dos estados de Rio Grande do Sul e Paraná, vinham para ocupar as terras ao longo do Rio do Peixe” (Idem).

A Lumber e as outras tantas madeireiras, instaladas na Região, após explorarem os recursos naturais vendiam as terras em pequenos lotes para os imigrantes descendentes de europeus.

A chegada desses imigrantes, juntamente com os fatos ocorridos anteriormente, já descritos acima, proporcionou a formação de um novo território na Região Contestada. Apesar das terras terem sido vendidas em pequenos lotes, na Região atualmente ainda é possível observar grandes áreas de latifúndios ocupadas com plantações de pinus ou voltadas à agropecuária.

Com a visita realizada à propriedade da família Domit, uma das mais importantes da Região desde a década de 1920, ficou claro que o poder na Região Contestada era fortemente concentrado nas mãos de poucos e desde então vem passando de pai para filho. A referida propriedade, localizada no município de Irineópolis, desde 1920, pertenceu ao senhor Joaquim Domit - libanês naturalizado brasileiro que veio para a Região atuar como delegado de divisa por volta de 1915 e a pedido de seu amigo Hercílio Luz, então governador do Estado de Santa Catarina. Domit logo tratou de aproveitar a oportunidade de estar numa Região com oferta de terra abundante para adquirir 2500 alqueires de terras antes pertencentes aos

sertanejos que dali tiravam a subsistência para si e sua família. Nesta imensa propriedade certamente viviam e trabalhavam para tirar o seu sustento muitas centenas de caboclos.

Além de latifundiário, Domit também possuía uma grande serraria, onde trabalhava para ele mais de 150 operários. Soma-se a isso uma bela mansão, hoje tombada, que oferecia o máximo de conforto e luxo para o proprietário e sua família. A visita a esta propriedade foi reveladora do poder concentrado nas mãos deste senhor que habitava a Região de forma pioneira no pós-guerra. Como já era de se esperar o poder deste “imponente” desbravador do município de Irineópolis foi passando de pai para filho.

Atualmente, seu neto, o engenheiro Roberto Domit é o responsável pelo casarão e é um influente político no seu município, ou seja, a família Domit, assim como certamente acontece com muitas outras, continua detendo poder sobre o povo da Região do Contestado, como nos tempos de seu avô Joaquim.

O mesmo não ocorreu com a Lumber que exerceu poder sobre a Região só até a década de 1940, quando foi a falência. Seu proprietário, Percival Farquhar, devido a aplicações mal sucedidas na Bolsa de Valores de Nova York, perdeu tudo o que tinha e teve de vender as empresas para pagar seus credores.

A empresa Lumber, instalada na Região do Contestado, era uma multinacional moderníssima, com uma excelente infra-estrutura e tecnologia de ponta trazida dos Estados Unidos. Ali chegava por primeiro todas as novidades que entrava no País. Quando a empresa abriu falência, o governo brasileiro assumiu a dívida e todos os funcionários da empresa.

Na década de 1960, na tentativa de preservar o local, o exército brasileiro ocupou as antigas instalações da Lumber. Atualmente, no lugar ainda existe o casarão utilizado pela empresa como escritório, que hoje serve de sede do Exército brasileiro; e algumas poucas casas destinadas aos gerentes e funcionários da Lumber que se encontra em bom estado de conservação e estão ocupadas pelo Coronel e soldados do Exército. Por sua vez, existem outras construções em estado precário de conservação.

Enfim, a visita in loco permitiu observar que a vasta área, sede da empresa norte-americana há quase 50 anos atrás esta sob guarnição do estado nacional, onde é empregado forças da segurança pública, a mesma que falta em muitos

lugares para dar proteção aos cidadãos brasileiros, para cuidar de um patrimônio sem nenhuma utilidade e que poderia ser melhor aproveitada pela população da Região se não estivesse nas mãos do governo ou se houvesse uma destinação social a esse espaço.

Os anos passaram e a imponência dos poderosos e do Estado permanece na Região. A pátria amada, com seu braço forte ainda priva seus próprios filhos de usufruírem do alimento de seu seio da mesma forma que ocorreu no início do século nestas mesmas terras, quando ela mesma tratou de matar parte de seus filhos para “limpar” a terra e oferecê-la ao capital estrangeiro e aos filhos de outras nações.

Esses “filhos adotivos” da pátria brasileira produziram grandes transformações na Região do Contestado. A entrada do capital estrangeiro e os imigrantes europeus deram nova cara à Região. A exploração da madeira pela Lumber e outras madeireiras instaladas na Região acabou com a mata nativa desta. Em substituição vieram os reflorestamentos, principalmente de *pínus*, as monoculturas destinadas ao comércio, como a soja, e a policultura de subsistência praticada pelo pequeno produtor imigrante.

Os imigrantes, principalmente os italianos, formaram plantações de parreiras, prática essa que foi se multiplicando entre os novos ocupantes da Região. A produção de uva e sua transformação em vinho e outros produtos correlatos atualmente é uma das grandes fontes de renda de muitas famílias espalhadas pelos municípios do Contestado, a exemplo de Pinheiro Preto que possui apenas 2000 habitantes, mas produz 70% do vinho do Estado de Santa Catarina.

Além das transformações agrárias, a Região também passou por fortes transformações em seus centros urbanos. Após o final da Guerra do Contestado e a chegada do capital e dos imigrantes, se formou na Região vários centros urbanos que se localizam, em geral, próximos dos trilhos da ferrovia e das antigas estações de trem.

Por causa da questão de limites, a cidade de Porto União da Vitória foi dividida ao meio: uma passou a ser chamada de Porto União, pertencente à Santa Catarina; e a outra União da Vitória pertencente ao Estado do Paraná. São tidas como espaços (VEJA SE ESSA EXPRESSÃO FICOU BOA) conjugados, sendo que seus limites são os trilhos do trem. A percepção geográfica tanto em uma cidade

quanto na outra é a mesma, embora sejam separadas apenas pelos trilhos da estrada de ferro, ambas possuem jurisdição própria.

A rodoviária municipal de uma cidade fica praticamente ao lado da rodoviária da outra cidade. Entre elas, nos últimos anos, existe um acordo quanto à infraestrutura básica, como por exemplo, uma fornece a água e a outra a luz. As espacialidades urbanas destas duas cidades se confundem pela suas semelhanças.

Muitas das cidades da Região apresentam bastante semelhança com as cidades européias, como é o caso da cidade de Rio das Antas que mais parece um pedacinho da Europa em virtude da arquitetura de suas construções e embelezamento das residências. Sempre construídas próximas à ferrovia, rede que se abriu no território Contestado, as cidades muito se beneficiaram com a estrada de ferro, bem como a navegação pelo Rio Iguaçu. Esses meios de transportes ligavam a Região do Contestado ao centro do País e era através deles que se faziam o transporte da riqueza extraída na região, como a madeira e a erva-mate. Além da ferrovia e a hidrovia, na Região do Contestado também havia a rede tropeira e a rodoviária.

Atualmente, com a desativação da ferrovia e extinção da navegação na Região, as cidades se beneficiam através de outros elementos que constituem a rede, como a malha rodoviária. À medida que foi se desarticulando a rede ferroviária, ganha importância a rede rodoviária, através de suas estradas de rodagens. Atualmente a BR 116 liga a Região aos grandes centros e ao restante do País.

Além das redes de transporte, a Região também possui outras redes mais contemporâneas como as de comunicação, de energia e cibernéticas que conectam a Região com o resto do País e/ou do mundo.

Na Região do Contestado, é possível observar a artificialidade presente nos museus espalhados por vários municípios que procuram resgatar a história da Região na época do conflito, bem como no cemitério local e nas cidades da Região. Através de uma peça de teatro assistida na Região (O Contestado, de Romário Borelli), foi possível sentir a alma do lugar, especialmente no tocante ao período conflituoso.

Portanto, apesar da Guerra ter ocorrido no início do século XX, ainda é possível observar as suas marcas na Região tais como: crematórios utilizados, sepultura do Monge João Maria, entre outros aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo realizamos um breve resgate histórico sobre a Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916, na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina. Algumas das causas da Guerra do Contestado foram: o avanço do capitalismo na região; a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina; o jogo de interesses entre fazendeiros e políticos e a natureza guerreira dos sertanejos. Como observado no decorrer deste artigo, a Guerra do Contestado foi o fator condicionante da definição dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná e constituiu os territórios denominados como região do Contestado catarinense e Sul - paranaense.

A construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, ligando a região Sudeste do Brasil com o Sul, foi um fator que influenciou fortemente este episódio sangrento. A própria entrada do capitalismo provocou profundas mudanças no território contestado.

Sem dúvida, com a construção da ferrovia e a “limpeza” da terra, intensificou-se a vinda de colonos de origem européia, muitos vieram para ocupar as margens da estrada de ferro. Desta forma, foram criados núcleos coloniais de alemães, italianos e poloneses, oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

A chegada desses imigrantes juntamente com os fatos ocorridos anteriormente (a entrada do capital transnacional, a “limpeza” da terra e a exploração dos recursos naturais do local) proporcionou a formação de um novo território na Região Contestada, dando nova organização à Região.

A exploração da madeira pela Lumber e outras madeireiras instaladas na Região acabou com a mata nativa desta. Em substituição vieram os reflorestamentos, principalmente de *pínus*, as monoculturas destinadas ao comércio, como a soja, e a policultura de subsistência praticada pelo pequeno produtor imigrante.

Além das transformações agrárias, a Região também passou por fortes transformações urbanas. Após o fim da Guerra do Contestado se formou na Região vários centros urbanos que se localizam, em geral, próximos dos trilhos da ferrovia e das antigas estações de trem.

Em síntese, podemos afirmar que a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande foi o fator decisivo para a instabilidade social da Região e o conseqüente conflito armado que ficou conhecido como Guerra do Contestado. Além disso, a Região do Contestado sofreu intensas transformações sociais, culturais e econômicas com a entrada do capital norte-americano, representado pelos projetos da estrada de ferro e da exploração da madeira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C.. Territorialidades, Desterritorialidades, novas Territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. IN: SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L.. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira**. In: Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005, p. 228-255.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

MUSEU DO CONTESTADO: **Aqui o contestado se faz história**. Santa Catarina: Fundação Catarinense de Cultura, 2008.

Museu do Contestado. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.cdr.unc.br/ambientes/museu/museu>>. Acesso em: 21/06/2008.

SAQUET, M. A.. **Abordagens e Concepções sobre o Território**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L.. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

THOMÉ, N. **As Duras Frentes de Luta Desta Terra Contestada**. 1989 (apud FRAGA, 2005, p. 17).

VALENTINI, José Delmir. **Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado**. 3ª Edição, Caçador: Universidade do Contestado, 2003.